

(DES)CONTINUIDADES: O SISTEMA MEDIÁTICO LUSÓFONO

Isabel Ferin Cunha

dfci@fl.uc.pt

Introdução

O Espaço Lusófono — utiliza-se esta designação num sentido virtual — caracteriza-se por fluxos e refluxos de movimentos populacionais, que estando primeiramente associados a uma história e a um espaço geográfico delimitado, adquiriu dinâmicas autónomas ao longo dos séculos. O Espaço Lusófono e a Lusofonia não são coincidentes. Na nossa perspetiva, entendemos a Lusofonia como um conjunto plural de significados que combina ideologias políticas, relações entre estados, interesses económicos, elementos culturais e linguísticos no âmbito de países e regiões que têm o português como língua oficial. Em contrapartida, entendemos o Espaço Lusófono como um estado mental que — estando imbuído da língua e da presença portuguesa — engloba naturais de países e regiões, não necessariamente de língua oficial portuguesa, mas também as diásporas e aqueles que, de alguma forma, tiveram contacto com aquela(s) herança(s) cultural, falando, ou não, português.

Recuperando um pouco da História convém lembrar que Portugal foi o último império europeu a desaparecer, tendo-se expandido pelos cinco continentes: Portugal e Regiões Autónomas da Madeira e Açores (Europa); Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe (África); Damão, Diu, Goa (Ásia, Índia), Macau (Ásia); Brasil (América); Timor-Leste (Oceânia).

Este império começou a estruturar-se no século XV identificando-se três grandes períodos: o início da colonização até ao século dezanove; finais do século dezanove até ao fim da Segunda Guerra Mundial e da década de cinquenta do século passado até á independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Alexandre, 2000).

Nestes séculos, independentemente das arbitrariedades inerentes à administração colonial, à escravatura, à censura e aos regimes de privilégio, surgiu um cosmopolitismo lusófono, caracterizado pela mobilidade de pessoas dentro do espaço de língua oficial portuguesa. Tendo como parâmetro a definição de Beck (2006:3) este cosmopolitismo, num sentido amplo, estreitou as distâncias entre continentes e destruiu fronteiras entre regiões que integravam o império. Criou um espaço de assuntos públicos partilhado, relativizou — com as necessárias e devidas ressalvas — as origens de indivíduos, fomentou o contato de línguas e fez circular plantas, costumes, gostos e sabores.

O cosmopolitismo lusófono teve a sua origem na mobilidade de pessoas, produtos e imaginários no território colonial, estimulou a ideia de “espaço partilhado” e “império nação”, antecedendo o surgimento da imprensa, travado pela inquisição e pelo poder autoritário da coroa. A circulação da imprensa, que para Benedict Anderson (1983) é o motor da imaginação da nacionalidade, veio posteriormente, por um lado, criar as condições de independência dos territórios coloniais, por outro reforçar, através da língua e da cultura o espaço da lusofonia, anteriormente vivido e imaginado. Neste contexto, torna-se referência obrigatória o sociólogo Gilberto Freyre que, malgrado as interpretações e exportações abusivas que a sua teoria sofreu, cunhou um pensamento original sobre a relação entre colonizados e colonizadores designado *Lusotropicalismo*. Este pensamento, desmontado à exaustão com base em evidências empíricas, na década de sessenta e setenta (Boxer, 1969: 1977), permitiu em Portugal a renovação da política colonial salazarista, e colheu adeptos em todos os quadrantes políticos. No Brasil e nos outros países que estiveram sobre domínio português este conceito foi sempre polémico ou rejeitado, mas a verdade é que criou um espaço de pen-

samento comum pós-colonial que congrega povos e regiões que partilham uma parte da história, elementos de cultura e uma língua (Martins, Sousa, & Cabecinhas, 2006).

Na argumentação procuraremos comparar os sistemas mediáticos no Espaço Lusófono, dentro de uma perspetiva histórica. Assumimos, assim, que *os sistemas dos media* são moldados pelos contextos mais vastos da história, estrutura e cultura políticas e que *as características dos sistemas políticos podem influenciar a estrutura das instituições de media* (Hallin & Mancini, 2010: 60), bem como as normas e orientações que informam atores políticos e mediáticos, tais como os jornalistas (Pfetsch, 2004).

Pela dimensão e papel desempenhado no Espaço Lusófono detemo-nos principalmente em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique e Cabo-Verde. As referências aos outros espaços geográficos serão esporádicas, não por não serem importantes, mas porque se trata de uma primeira abordagem condicionada pela apresentação escrita.

A emergência de um sistema de *media* no Espaço Lusófono

Antes de mais, assumimos que a análise da interação entre política e *media* é um desafio importante para a pesquisa comparativa e que as condições institucionais do sistema político e do sistema mediático do Espaço Lusófono envolvem múltiplas dimensões culturais e orientações subjetivas dos atores.

Não sendo objetivo desta comunicação fazer uma história dos *media* no Espaço Lusófono, mas sim sistematizar de forma comparativa componentes do sistema político e mediático, tal como propuseram Hallin & Mancini (2010), sublinhamos que a realidade de cada território/país é diferente e está vinculada à história colonial e às vicissitudes da ocupação portuguesa. Por outro lado, não se pode comparar o percurso de um país como o Brasil, tornado independente nos meados do século XIX, com a realidade dos países africanos independentes nos anos setenta do século XX. A comparação é ainda mais difícil com as ex-colónias da Ásia: Índia Portuguesa (Goa, Damão

e Diu), Macau e Timor-Leste. Nesta apresentação optamos por manter uma abordagem cronológica, focada nas regiões que mais saliência adquiriram, no Espaço Lusófono.

A imprensa teve início em Portugal no século XVII, com a publicação em 1626 da “Relação universal do que sucedeu em Portugal e nas mais províncias do Ocidente e Oriente em março de 1625 até setembro de 1626” de Manuel Severim de Faria. Mas o facto de não ter tido continuação faz com que a *Gazeta* de 1645, seja considerado o primeiro jornal em Portugal. A censura, política e religiosa, e alguns dispositivos jurídicos e económicos exigidos pelo Estado, condicionaram o desenvolvimento da imprensa em Portugal e nas colónias. Num período de monarquia autocrática, caracterizada pela centralização política e governativa, a política de informação e comunicação obedece aos interesses do governo central e da igreja, instituição em que se apoia. O grande instrumento de difusão foi a língua portuguesa que se expandiu em todos os territórios com base em três instituições: a Igreja Católica, a administração central e mais tarde as instituições educativas.

No século XVI, os territórios da Índia (Goa, Damão e Diu) foram os primeiros a ter publicações periódicas em português, mas também em línguas locais (Neves, 1989). Segundo o mesmo autor até à instituição em 1836, por decreto do ministro português Sá da Bandeira, dos diários oficiais nas colónias, a Índia já contava com mais de 100 publicações com alguma regularidade. Muitas destas publicações eram patrocinadas pelas congregações religiosas, como os jesuítas e franciscanos, mas outras resultavam dos interesses de particulares. O primeiro jornal, *Gazeta de Goa*, data de 1821 e antecedeu o primeiro *Boletim do Governo do Estado da Índia*, que foi publicado em 1837. A presença portuguesa em Macau remonta a 1557 e foi reconhecida pela China em 1887, através do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português. As primeiras publicações com alguma periodicidade em português datam desse período. Assinalamos que as ordens religiosas, principalmente os jesuítas e franciscanos, escreveram em português, latim, italiano ou espanhol, relatando os usos e costumes desses territórios.

As invasões napoleónicas levam a família real portuguesa a mudar-se para o Brasil em 1808. Neste ano é criada a Imprensa Régia e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. No entanto, na mesma data em Londres é editado o *Correio Braziliense* por Hipólito José da Costa, seguindo-se o *Diário de Rio de Janeiro*, em 1821. Apesar da censura e de outras vicissitudes políticas muitos outros jornais surgiram, como os cariocas *Gazeta de Notícias* e *O País* que foram publicados até á ditadura de Vargas. O Brasil tornou-se, dentro do império colonial português, o país que mais cedo apresentou manifestações culturais e sociais importantes para o desenvolvimento dos *media* e de uma indústria cultural. Muitos autores consideram os escritos dos primeiros viajantes no século XVI, as crónicas jornalísticas e literárias (Neves, 1969; Tengarrinha, 1965; Hohlfeldt *et al.*, 2009), bem como nas representações religiosas, nos circos e manifestações de saltimbancos (Ortiz, Borelli & Ramos, 1989; Costa, 2010) os primórdios de uma arte performativa que será potenciada pelas tecnologias e os meios de comunicação no século XX.

O surgimento da monarquia constitucional em Portugal e do Império do Brasil vieram introduzir alterações ao sistema político no Espaço Lusófono. Surgiram novos atores políticos e culturais, bem como grupos de interesses que vieram diversificar as demandas nesta nova configuração geográfica. Podemos dizer que a introdução da tipografia e o lançamento dos boletins oficiais dos governos das colónias, criados por imposição régia em 1836, preconizaram o surgimento de meios de comunicação nos outros territórios sob dominação colonial portuguesa. Esta imprensa administrativa era uma manifestação do Estado colonial e tinha como função informar os colonos dos dispositivos legais elaborados pela administração central. Pouco a pouco estes boletins vão introduzindo outro tipo de informação – económica, social e finalmente política – inspirando a fundação de uma imprensa de opinião, primeiramente crítica, depois contestatária, das administrações coloniais.

Em Angola o primeiro jornal impresso surge 1845, conhecendo até ao final do século XIX alguma vitalidade em Luanda salientando-se a publicação, em 1866, da *Civilização da África Portuguesa* seguindo-se de outros com

tendências diversas. Nesta perspectiva, após a independência do Brasil e o Ultimato Inglês¹ de 1891 que cercearam os direitos dos “gentios civilizados”, os jornais *Arauto Africano*, *Echo de Angola* e *Farol do Povo* manifestaram a sua tendência pró-republicana e independentista (Lopo, 1964; Freudenthal, 2001). Em Moçambique o boletim oficial surge em 1854 e em 1868, na Ilha de Moçambique, *O Progresso*, e posteriormente o *Africano* (1877), *O Vigilante* (1882) e o *Clamor Africano* (1892), este último com um pendor muito contestatário à presença colonial portuguesa. Em Cabo-Verde o primeiro Boletim Oficial é publicado em 1842 e direcionado, também para Guiné-Bissau, visto que os dois territórios constituíram à altura o mesmo espaço colonial de governação. Na década de noventa, do mesmo século, surge verdadeiramente o primeiro jornal não oficial em Cabo-Verde, o *Almanach Luso-Africano*, um jornal fundamentalmente literário, com contribuições em português e crioulo (Santilli, 1985; Ferreira, 1987). O *Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné Portuguesa* nasce em 1880, na cidade de Bolama, quando este território adquire autonomia administrativa face a Cabo-Verde. O território da Guiné-Bissau sempre contou com uma presença da cultura muçulmana muito forte e há notícia da circulação de escritos em arábico, desde o início da presença colonial portuguesa no século XV (Gonçalves, 1966). Em 1855, é publicado em São Tomé e Príncipe o primeiro *Boletim Oficial* e em 1869 o jornal *Equador*, mas o que marca este espaço africano é o desenvolvimento de um tipo específico de teatro “Tchiloli” (Ferreira, 1987), que foi levado por um autor da Ilha da Madeira para estas Ilhas no século XVI e transformou-se em contacto com a sociedade crioula e as influências africanas dos escravos e libertos.

Limitamos o segundo período desta exposição entre o início do século XX e o final da II Guerra Mundial. Tanto em Portugal como no Brasil terminaram as monarquias e foram instaurados regimes republicanos (respetivamente em 1910 e 1889). Foi abolida a escravatura no Brasil (Lei Áurea, 1888). Neste mesmo período tiveram lugar duas Grandes Guerras Mundiais e

1. Tratado assinado com a Inglaterra que obriga Portugal a abandonar as suas pretensões coloniais sobre o território central do continente africano, entre as colónias de Angola e Moçambique.

posteriormente os dois países foram governados por ditaduras designadas *Estado Novo*: a ditadura portuguesa de 1932-1974; a ditadura brasileira de 1930-1945. Nestes dois países, os regimes democráticos foram efémeros, seguindo-se ditaduras onde a censura se tornou um traço permanente.

Nas primeiras décadas do século XX, Portugal enviou para o Brasil mais de um milhão de imigrantes e o Brasil recebeu nesse período cerca de 7 milhões de imigrantes de diversas origens, maioritariamente da Europa do Sul. Os portugueses tornaram-se mais um dos muitos grupos de imigrantes. As relações culturais de proximidade continuam, como demonstra, por exemplo, a presença do diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro, em 1922, na *Semana de Arte Moderna em São Paulo*². Nesse período a cumplicidade entre as ditaduras foi, também, política, como demonstra o facto de o Brasil ter adotado o modelo de censura portuguesa, mas também cultural. Como escreve Henriques (1990), António Ferro inspirou-se muito na participação na *Semana de Arte Moderna*, ao propor a *política do espírito*, e a refundação da cultura portuguesa. Este movimento em Portugal é simultâneo à afirmação da brasilianidade e deu origem a trocas de experiências no teatro, envolvendo a deslocação de companhias e atores (Costa, 2010).

Nas colónias portuguesas da Ásia e da África a primeira metade do século XX pode ser historicamente subdividida em dois períodos: o primeiro que compreende o período que vai do fim da monarquia (1910)³, aos primeiros anos da ditadura e finais da II Guerra Mundial (1945); um segundo período compreende os anos que vão até à libertação da Índia Portuguesa e início das Guerras de Libertação em África (1961). O primeiro período corresponde a um declínio da atividade editorial, por dificuldades económicas e políticas, mas também pela promulgação do *Acto Colonial* (1930)⁴ que restringiu, ain-

2. *Semana de Arte Moderna de São Paulo* (1922): movimento cultural e artístico que inaugura o Modernismo no Brasil. Contou com a presença de intelectuais estrangeiros e brasileiros. Entre estes estão Mário e Oswald de Andrade, Plínio Salgado, Anita Malfatti, Menotti Del Pichia e outros.

3. A Monarquia em Portugal termina em 1910, após o assassinato do Rei D. Carlos I e do Príncipe herdeiro D. Luís Filipe em 1908.

4. *Acto Colonial* é o primeiro documento oficial do Estado Novo de Salazar, promulgado em 8 de julho de 1930, crítica a concepção de assimilacionismo oitocentista e institui o estatuto de “indígena” em contrapartida ao de “civilizado”.

da mais, a liberdade de expressão e os direitos dos nascidos nas colónias. O segundo período caracteriza-se, principalmente em Angola, Cabo-Verde e Moçambique pelo aparecimento de movimentos de *naturais da terra*⁵ (Ferreira, 1987) e pela difusão da rádio. Os anos finais da monarquia e os primeiros da república desenharam para os dois grandes territórios africanos, Angola e Moçambique, duas políticas diferentes de colonização. Angola foi definida como uma colónia de povoamento, à maneira do Brasil, enquanto Moçambique, por mimetismo com a antiga Rodésia inglesa, seria entregue a grandes empresas ou a *farmers* os quais gozavam de grande autonomia e privilégios. Estas políticas determinaram o desenvolvimento dos meios de comunicação e a identidade cultural dos dois territórios: Angola mais mestiça, Moçambique mais próxima do padrão inglês de colonização.

Até meados da década de vinte do século XX, os jornais publicados em todas as colónias eram veículos de divulgação literária. Nesses jornais era comum, como por exemplo no *Vanguarda de Luanda*, aparecer artigos e folhetins de naturais de Cabo-Verde, Portugal, Brasil, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné ou Índia portuguesa. Na altura fizeram-se as primeiras experiências de regionalização africana da língua portuguesa, através da introdução de vocábulos crioulos e de línguas africanas, como o kibundo. Surgem também as associações recreativas e culturais que promovem saraus, publicações, recolha de histórias e provérbios orais, posteriormente publicados em português ou, simultaneamente em português, crioulo e, ou línguas africanas (Santilli, 1985). Em Moçambique a imprensa desenvolveu-se na Beira e na capital Lourenço Marques (atual Maputo), onde se concentravam maior número de *naturais da terra*. O *Africano* e o *Brado Africano* foram os meios mais importantes. O facto das empresas agro-industriais e *farmers*, dedicados às monoculturas, gerirem grande parte do território até finais da década de trinta, teve um enorme impacto nesta realidade. Só em 1941 surge o jornal *Itinerário* que congregará as vozes descontentes da colónia

5. *Naturais da terra* eram os brancos, mestiços e *indígenas civilizados* (aqueles que tinham adotado a religião católica, sabiam ler e escrever português, eram monogâmicos e tinham comportamentos ocidentalizados) nascidos nas colónias. Estes indivíduos tinham um estatuto administrativo próprio, mesmo os que eram brancos.

e as discussões sobre o futuro colonial (Rocha, 2000). Em Cabo-Verde o jornal *A Voz de Cabo Verde* (1911-1919) publicou em folhetins muitas obras com características “mestiças” (temas e língua), distinguindo-se dos outros territórios por reivindicar esta identidade cultural (Ferreira, 1987). Antes ainda da expansão da educação pública na década de 50 através dos colégios do ensino secundário direcionados para a formação das *Elites do Ultramar* (Moreira, 1952), surgiram em Cabo-Verde inúmeras revistas literárias, tais como a *Claridade* (1936) e *Certeza* (1944). Na Guiné-Bissau são registados os jornais *O Comércio da Guiné* (1930), o *Arauto* e o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (1946) que manteve um grande prestígio até à independência do território, concorrendo com as publicações da *Missão Evangélica da Guiné Portuguesa* (Gonçalves, 1966). Nos territórios da *Índia Portuguesa* surgem vários títulos, todos com pouca duração, no início do século, tais como a *Índia Portuguesa* e posteriormente são fundados em Goa *O Herald*, *Diário da Vida* e a *Noite*, que se manterão para além da presença portuguesa (1964) nesses territórios.

As rádios começam a se instalar nas colónias portuguesas a partir dos anos trinta do mesmo século. Posteriormente (década de quarenta) as associações de rádios amadores tiveram um importante papel em Angola (Associação de Rádios Clubes) e Moçambique (Grémio do radiófilos) na difusão da rádio. Em Angola o primeiro rádio clube começou a transmitir em 1931 em Benguela e até ao final da década de cinquenta, quase todos os distritos tinham o seu rádio clube. A *Emissora oficial de Angola* nasce em 1950 vinculada à Direcção dos Serviços de Correio, Telégrafo e Telefones. A fundação da *Emissora Católica de Angola* desempenhou um papel importante, nessa mesma década, emitindo programas políticos de opinião e alugando tempos de antena para produtores independentes.⁶ Em Moçambique a rádio seguiu um percurso muito semelhante com a criação da *Rádio Clube de Moçambique* em 1933. Nos anos cinquenta, esta rádio tinha quatro emissões independentes (três em português) e uma em inglês e africânder. Na mesma

6. Cfr: Pereira Monteiro, *Apontamentos para a História da Radiofusão de Angola* (acedido a 26 de Março de 2010) (<http://www.angolaradio.net84.net/radioangolahistoria.htm>)

época, também, todos os distritos já tinham emissoras regionais em funcionamento.⁷ A Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe conheceram emissões regulares de rádio na década de quarenta. Este meio de comunicação tornou-se principalmente apreciado nas regiões urbanas e emitia em português e línguas locais. A polícia política da ditadura tinha pouca capacidade para controlar os conteúdos das emissões, e as programações começaram a incluir música e cantores africanos apreciados pelos *naturais da terra*. Foram também treinados e integrados locutores que faziam os programas para públicos não-falantes de português (Gonçalves, 1966)

A consolidação dos sistemas mediáticos no Espaço Lusófono

O período que medeia os finais da década de cinquenta às independências dos países sob dominação portuguesa (1974/1975) corresponde à expansão da educação no Brasil, em Portugal e nos territórios portugueses coloniais. Para este fenómeno contribuíram as políticas nacionais em Portugal e no Brasil e no caso das colónias portuguesas as pressões internacionais da ONU que levaram à reestruturação da política ultramarina na década de cinquenta. Ressaltamos neste contexto a *Casa dos Estudantes do Império*, fundada em Lisboa em 1944, que se tornou um centro de efervescência política, literária e jornalística, congregando os estudantes vindos das colónias e a maioria dos futuros líderes das independências africanas.

A reforma da educação em Portugal e no Ultramar coincidiu com uma nova estratégia da ditadura inspirada nos estudos do sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, nas ideias de *Lusotropicalismo*⁸ e *da colonização portuguesa como excepção*⁹ que vieram revitalizar a ideologia colonial.

7. Cfr: Loforte, L. (2007) *Rádio Moçambique: Memórias de um doce calvário*, Maputo: Edição do Autor.

8. *Lusotropicalismo* é o nome da civilização iniciada pelos portugueses no século XV nos Trópicos, fundada no carácter de união entre simbiótico da união entre o português e o trópico, fundada no conhecimento de experiência feito (Cfr: Freyre, G. (1960) "Integração portuguesa nos trópicos" In: Freyre, G. "Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje". Belo Horizonte: *Revista Brasileira de Estudos Políticos* / Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais: 65 – 117).

9. Cfr: Pinto, J. da Costa (2009) "Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português: 1951-1974", *Revista da UFG*, Junho de 2009, Ano XI, nº6: 145- 160 (acedido a 26/03/2010) (www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/gilbertofreire.pdf)

A Emissora Nacional (EN), que se expandiu progressivamente para as colónias, teve um papel cultural agregador na formação de públicos específicos para a música sinfónica, o teatro e o entretenimento em geral (Ribeiro, 2005). Foi igualmente determinante o seu papel na constituição de um “star system” mediático português, que envolvia não só o continente como as colónias. Surgiram muitos artistas e atores portugueses e originais dos territórios colonizados que circulavam em todos os espaços de língua portuguesa, incluindo no Brasil onde residiam três milhões de portugueses e seus descendentes. Os movimentos musicais brasileiros, como a *Bossa Nova* e o *Tropicalismo* informaram a cultura juvenil dos anos sessenta e início dos setenta, e constituíram referências para as “músicas de protesto” em Portugal e nos territórios africanos. Os músicos e humoristas brasileiros, Vinícius de Moraes, Mariza e Juca Chaves faziam espetáculos em Portugal ao vivo, na rádio e na televisão pública (iniciada em 1957). As publicações dos livros brasileiros da *Editora Dois Mundos* de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil) e as publicações da *Editora Abril* circulavam em todo o país, incluindo os territórios sob dominação colonial. Nos anos cinquenta apesar de censurado, o teatro, a revista e o cinema adquiriram grande dinamismo e faziam parte do consumo cultural das classes médias urbanas, na metrópole mas também nos territórios africanos, existindo em todas as cidades e casas de espetáculos (Dionísio, 1994).

No mesmo período, floresceram as indústrias culturais brasileiras, com o avanço da alfabetização, a industrialização e o crescimento da classe média. Entre os anos cinquenta e setenta a indústria editorial, a rádio — principalmente através do programa Repórter Esso¹⁰ — estende-se a todo o território expandindo e promovendo a música popular brasileira (MPB), que se torna um conteúdo de grande impacto no mundo de língua portuguesa. A televisão inicia-se na década de cinquenta com a TV Tupi (1950), TV Excelsior, criando sinergias entre conteúdos: literatura, divulgação de arte e história, histórias em quadrinhos, banda desenhada, espetáculos de música popular,

10. O programa “Repórter Esso”, apoiado pela empresa Esso, teve início em 1 de Abril de 1951 e só foi extinto em 31 de dezembro de 1970. Tornou-se o programa de rádio mais escutado no Brasil. (Cfr: Klockner, L. (2008) *A Síntese mundial que fez história*, Porto Alegre: EDIPUCRS.

publicidade, discografia, concursos na rádio e na televisão, programas de humor e telenovela. Apesar da ditadura militar (1968-1985), da censura (Ato Institucional nº5) e do controlo das televisões próximas ao regime, o panorama mediático brasileiro diversificou-se profundamente. A Rede Globo de televisão apoiada pela americana *Time Life* torna-se o maior produtor de conteúdos de ficção seriada televisiva (séries e telenovelas) que escaparam frequentemente à censura da ditadura e se tornaram os conteúdos mais consumidos no Brasil.

A televisão em Portugal e nos territórios africanos foi sempre um projeto temido pela ditadura. Com o início das emissões, em 1956, a RTP1 teve uma cobertura limitada do território continental português, uma filosofia direcionada para “as famílias”, apesar de serem poucas as que tinham capacidade económica para aceder a tal dispositivo. As emissões diárias eram limitadas a um certo período do dia e compreendiam a informação — vigiada pela censura até ao final da ditadura — teatro, festivais de música, séries maioritariamente inglesas e programas para crianças. Após a morte de Salazar e durante a vigência do governo de Marcelo Caetano, a “primavera marcelista” aceitou a diversificação dos formatos e géneros televisivos, nomeadamente a introdução de concursos e programas de auditório. O projeto da Rádio Televisão Portuguesa de Angola só teve os seus planos aprovados na véspera da independência.

Nos territórios africanos, nomeadamente em Angola, Moçambique e Cabo-Verde nascem múltiplos projetos empresariais editoriais e radiofónicos, na contracorrente da eclosão das lutas de libertação, mas acompanhando os investimentos realizados, bem como o aumento da população europeia e da escolarização dos naturais dos territórios. Estes investimentos são públicos e privados e envolvem a publicação de escritores originais desses países como Luandino Vieira, Pepetela, José Craveirinha e outros, cuja literatura constitui uma denúncia das iniquidades do sistema e da guerra colonial.

As décadas de setenta e oitenta apresentam uma grande diversidade de percursos no campo dos sistemas políticos e mediáticos no Espaço Lusófono, onde coabitam múltiplos modelos e orientações. Após os anos de ajustamento que se seguiram à revolução de abril de 1974, Portugal entra definitivamente num sistema democrático e pluralista. O mesmo percurso seguiu o Brasil, após o final da ditadura no início dos anos oitenta, com a restauração da democracia e a instauração de um sistema presidencialista e multipartidário. Os países africanos que conquistaram a independência após a derrocada do império colonial constituíram-se em repúblicas populares de partido único e inspiração comunista.

Como referem Siebert, Peterson, Schram (1956) as formas de organização política refletem-se na conceção que cada país tem da liberdade de imprensa e podem ser agregadas em quatro teorias (normativas) que informam a relação entre sistema político e a imprensa — Teoria Autoritária, Teoria da Liberdade de Imprensa, Teoria do Comunismo Soviético e Teoria da Responsabilidade Social. McQuail (2000), por sua vez, considera que estes relacionamentos se sistematizam na Teoria Autoritária, da Responsabilidade Social, na Teoria do Desenvolvimento ou Modernização e na Teoria da Participação Democrática.

Partindo destes referentes, Portugal e o Brasil oscilam entre a liberdade de imprensa e a responsabilidade social, num mercado cada vez mais desregulado e concorrencial, se bem que mantendo resquícios de “censura e corporativismo”. Se em Portugal os anos pós revolução de Abril de 1974 trouxeram inicialmente nacionalizações, num segundo momento, foi estabelecido um quadro legislativo conducente à normalização democrática e à compatibilização do sistema mediático às exigências da integração europeia (Mesquita, 1994). O sistema público mediático continuou a ter o monopólio da televisão (RTP1 e RTP2) e grande presença na rádio e na imprensa. Na década de oitenta, títulos de imprensa estatizada foram encerrados e nasceram novos projetos, como o semanário *O Independente* (1988). Progressivamente

surtem projetos privados na rádio, para além dos da Igreja Católica, que começaram, em muitos casos, como “rádios piratas” ou “rádios livres” refletindo a inexistência de legislação para o sector.

No Brasil há uma grande clivagem entre a década de setenta e oitenta. A primeira década compreende a ditadura dos generais, mantendo-se em vigor a censura, por meio do AI-5 (Ato Institucional nº5), com perseguições a jornalistas e meios de comunicação. No entanto, e contraditoriamente, os anos setenta determinam a consolidação da indústria de conteúdos brasileira e a criação de um mercado de exportação global, com grande penetração no Espaço Lusófono. Os anos setenta correspondem, também, à consolidação do Grupo Roberto Marinho, detentor de jornais e da Rede Globo de televisão, transmissora em rede de afiliados por todo o país. A ditadura confiou na Globo para afastar as populações dos movimentos políticos mais radicalizados, mas foi, também através da Globo e dos seus produtos de massa, como as telenovelas e as séries, que se discutiu no espaço público as grandes questões políticas nacionais, como a reforma agrária, as desigualdades sociais e o estatuto da mulher (Lopes, 2006). Consolidam-se, igualmente, outras redes nacionais de televisão, como a Manchete, Bandeirantes e SBT. A explosão das televisões tem um efeito multiplicador nas indústrias de conteúdos e na publicidade, alimentando a indústria discográfica, o cinema e a editoração.

Na argumentação que apresentamos relativamente aos anos setenta e oitenta em África, consideramos que o fim do sistema colonial português resultou na passagem de um sistema autoritário e ditatorial — que tinha raízes no século XVI e no estado monárquico de poder absoluto — para um outro regime de orientação totalitária. Este novo regime de inspiração marxista reforçou determinadas características da ditadura colonial, como a propaganda e a informação de carácter ideológico, ao mesmo tempo que instalou os princípios de partido único. Sobrepuseram-se, deste modo, até meados da década de oitenta, nos sistemas mediáticos dos países africanos do Espaço Lusófono, duas heranças: a ditatorial salazarista e a de inspiração comunista, às quais, e por atuação das igrejas e de organizações

não-governamentais se juntaram esforços desenvolvimentistas. As duas décadas a que nos referimos correspondem à estatização dos principais órgãos de comunicação da imprensa e da rádio que eram domínio do estado colonial e o estrangulamento político e financeiro da iniciativa privada. Surgem assim os jornais de Angola e de Moçambique e o *Voz di Povo* do PAIGC (Partido para a Independência da Guiné e Cabo-Verde) e alguns títulos de jornais de iniciativa privada mantidos por jornalistas independentes. As rádios nacionais, controladas pelos partidos únicos, têm também um papel importante. Por um lado difundindo propaganda ideológica, por outro criando a unidade do território. Estas rádios emitem em português mas também em línguas nacionais e desenvolveram uma componente educativa, nomeadamente de apoio à saúde materno-infantil. As igrejas, com destaque para a Igreja Católica, conseguiram manter em funcionamento as suas emissoras, constituindo vozes — ou a voz, como em Angola — alternativas à informação e propaganda dos partidos únicos. Num clima de guerra civil, as rádios dos partidos de oposição, emitiram em línguas tradicionais e português para Angola e Moçambique, criando novos públicos e difundindo conteúdos locais em diversas línguas. No final da década de setenta, início da década de oitenta, iniciam-se os processos de implementação das televisões nacionais, entregues a membros do partido único e sujeitas a vigilância apertada nos conteúdos. Começam por emitir nas capitais e em função da situação de guerra, dos orçamentos, das tecnologias e dos profissionais disponíveis alastram a outras cidades e províncias.

A consolidação do mercado no Espaço Lusófono

Na década de noventa e início do milénio acelera-se o processo de globalização financeira e económica, após a derrocada da União Soviética, e em consonância com a expansão das tecnologias de informação e comunicação. A democracia, independentemente das práticas, tende à universalização e os sistemas mediáticos abrem-se de uma forma geral aos mercados. Os sistemas políticos tornam-se progressivamente mais dependentes dos *media* e desenvolvem estratégias diversificadas de coabitação (Esser & Pfetsh, 2004). O mercado mediático diversifica-se em todo o mundo em função da

massificação e barateamento das tecnologias de informação e comunicação e do acesso generalizado às redes digitais (Castells, 2004). Enquanto na década de noventa estas mudanças se desenrolam a um ritmo moderado, no início do século XXI intensifica-se globalmente a pressão e o ritmo.

Para compreender este contexto lembramos alguns aspetos políticos, tecnológicos e económicos. Entre os fatores políticos salientamos a adaptação das leis nacionais a enquadramentos regionais¹¹, bem como os desafios determinados pelas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente no que toca à utilização de satélites, fibra ótica e convergência de dispositivos mediáticos. No que respeita aos fatores económicos assinalamos a entrada em redes de comércio globalizadas, o desenvolvimento dos mercados internos, da sociedade de consumo e da publicidade.

Convém referir que consideramos que cada país constitui um sistema mediático na medida em que envolve um conjunto de instituições, empresas e organismos que tendo os *media* como centro de interesses, atuam em atividades de informação, comunicação e telecomunicações. Assumimos, também, que os sistemas mediáticos interagem com poderes políticos, económicos e culturais, tanto ao nível global, como nacional, regional e local. A abertura ao mercado e a liberdade de expressão é consagrada nas constituições, mas o controlo político e as práticas adotadas diferem de país para país.

Sublinhamos que nos sistemas mediáticos os sectores públicos se caracterizam por ter o Estado (ou empresas do Estado) como gestor, o que implica nomeações em consonância com os interesses dos partidos que se encontram no governo. O sector depende, também, da transferência de recursos públicos, advindos do orçamento geral do Estado, ou da cobrança de uma taxa específica. Em determinadas circunstâncias há limites à publicidade comercial, em outros casos prevalece a publicidade institucional e do Estado

11. Por exemplo: Portugal deve obedecer a determinadas diretivas da legislação europeia. No Brasil há determinadas diretivas comuns aos Estados do Mercosul. Em Moçambique salientam-se as orientações comuns aos países que constituem a Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral, SADC.

ou ainda publicidade cidadã. A filosofia do sector público, em todos os casos, privilegia o cidadão — mesmo quando há controlo do partido do governo — e as ações de informação, educação e entretenimento. Neste último aspeto salientam-se as experiências inovadoras da TVE, Brasil (Televisão Educativa do Brasil) no sentido de apresentar novos produtos e criar novos públicos. É também de referir a aposta portuguesa no desenvolvimento do cinema para televisão. Em Angola e Moçambique as televisões públicas têm dificuldades em cobrir o espaço nacional e ensaiam, nesta segunda década do segundo milénio, novos projetos, com especial relevância para a música nacional.

O sector privado encontra-se enquadrado, em todos os países, por legislação apropriada. Conforme referimos anteriormente são as práticas que alteram a forma de atuação do sector privado, nomeadamente aquelas que advêm da cultura política. Em princípio a legislação que orienta as concessões de atuação nos *media* a privados, prevê, em todos os países, um mercado aberto, mas a generalidade dos países que constituem o sistema mediático lusófono, contemplam restrições limitando a participação de empresas estrangeiras a uma determinada percentagem do capital, ou obrigando a parcerias com empresários locais. Em países em que o partido do governo domina o sector público, o mercado mediático tem-se expandido à conta da importação de conteúdos, nomeadamente as telenovelas brasileiras e os filmes americanos. A produção nacional é limitada a programas de auditório, concursos e espetáculos. Salientamos que em Angola, começa a despontar, na segunda década do milénio, uma indústria de conteúdos para televisão direcionada para a ficção.

Sintetizamos em seguida, alguns dos aspetos mais relevantes, lembrando que em Portugal foi na década de noventa que se abriu o mercado televisivo aos operadores privados de televisão SIC (Sociedade Independente de televisão, 1992) e TVI (Televisão da Igreja, posteriormente Televisão Independente, 1993). Esta abertura provocou sinergias no campo dos *media*, com o nascimento de novos títulos de imprensa (jornais e revistas) e rádios, bem como no aumento da publicidade e de profissionais envolvidos. O grupo público dos *media* (RTP) inaugura ainda na década de noventa, a RTP África,

um canal direcionado para os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e mais tarde a RTP Internacional, para os portugueses e falantes de português na diáspora. Com o início do milénio os grupos mediáticos portugueses sofrem alguma concentração e entrada de capitais estrangeiros, nomeadamente espanhóis e angolanos. Pressionada pelos meios digitais a imprensa vê a sua oferta reduzir em títulos e em leitores. Surgem os jornais gratuitos e aumenta a dinâmica das revistas especializadas. As rádios e a imprensa regional mantêm um nicho de mercado muito identificado a determinados segmentos da população. Os grandes grupos detentores de televisão aberta são por toda a década o grupo Rádio e Televisão de Portugal (RTP, do Estado) que possui os dois canais públicos abertos, a RTP1 e a RTP2; o grupo IMPRESA, Sociedade Gestora de Participações Sociais, detentora da SIC e o Grupo Media Capital SGPS, que incorpora a TVI. Todos estes grupos operam também no cabo, mantendo canais pagos temáticos, nomeadamente dedicados à informação. O progressivo contexto de restrições financeiras que têm acompanhado esta década refletiu-se na discussão sobre o sector público dos *media* e na conseqüente diminuição do seu peso e oferta. Nas televisões privadas as medidas de controlo da despesa implicaram despedimentos, salários mais baixos, concentração de redações e estratégias de barateamento na oferta de conteúdos, inclusivamente na oferta informativa.

Dadas a instabilidade política e ao recrudescimento da guerra civil, a década de noventa em Angola não regista grandes mudanças do panorama mediático, apesar da promulgação da lei da liberdade de imprensa (15 de junho de 1992). O partido do governo (MPLA) controla o *Jornal de Angola*, a *Rádio de Angola* (que é escutada em todas as províncias) e a *Televisão de Angola* (TVA). A aprovação da lei da Liberdade de Imprensa e as eleições de 1992, criaram expectativas de liberalização política e foram criados semanários como o *Correio da Semana* e *Comércio Actualidade*. A rádio do partido da oposição (UNITA) começou, então, a emitir a partir de Luanda, circulando também o jornal *Terra Angolana*. Surgem projetos alternativos como a *Folha 8*, o *Imparcial Fax* — fechado após a morte do editor, o jornalista Ricardo Melo — e, posteriormente o *Actual Fax*, que originou o semanário *Actual*.

O reinício da guerra não impede a reabertura da *Rádio Igreja*, rádio da Igreja, em 1997, e o surgimento dos semanários *Agora*, o *Angolense* e o *Independente*, todos em Luanda. Após a assinatura do Acordo de Paz, em 2002, o sistema mediático readquire uma nova configuração, mantendo-se o sector público, mas ganhando novo dinamismo o sector privado, com a entrada de grupos estrangeiros. Salientamos assim o Grupo *Media Nova*, que envolve o semanário *Económico*, *O País*, *Exame Angola*, *SociJornal*, *Radio Nova* e *TV Zimbo*; o Grupo *Newshold*, detentora do *SOL Angola*, de participação na *SIC Internacional* e na *SIC Notícias*. São também presença em Angola, a *Globo* e a *Record*, bem como a *RTP África* e *Internacional* que se encontram integrados em pacotes oferecidos pelas empresas de telecomunicações, como a *UAU TV* e a *Zap TV*. O sector público tem igualmente diversificado a oferta, da qual salientamos a *TV online*, dirigida fundamentalmente para a diáspora angolana.

O percurso do sistema mediático moçambicano foi diferente de Angola, na medida em que não assistiu a um retrocesso provocado pelo retomar da guerra, após a aprovação da legislação sobre a liberdade de imprensa (1991). As rádios sempre foram o meio com maior acesso à população, destacando-se a *Rádio de Moçambique* com as suas delegações em todas as províncias e relações com grande número de rádios comunitárias, com as quais atua em rede. Salientamos também as rádios religiosas e as comunitárias, financiadas por organizações não-governamentais que privilegiam conteúdos de apoio ao desenvolvimento, como saúde, alimentação, educação. Para além destas marcam presença as rádios públicas europeias, como a *RDP-África*, a *RFI* (Rádio França Internacional) e a *BBC África*.

Após a aprovação da legislação sobre liberdade de imprensa, em 1991, nasceu a cooperativa *Mediacop*, um projeto de jornalistas independentes, que veio a impulsionar a fundação do semanário *Savana*, bem como a distribuição do *MediaFAX* em 1992 — que constituíam folhas A4, distribuídas por Fax, via Maputo para muitas outras cidades moçambicana — e a criação de outros títulos decorrentes da atividade privada dessa década como o *Imparcial*, o *Popular* e o *Semanário Expresso*. Na década de noventa e até

ao momento a legislação que regula a liberdade de imprensa e o mercado dos *media* em Moçambique, tem vindo a ser revista e atualizada no seguimento dos apelos dos profissionais e dos operados. Se durante a década de noventa a TVM dominava o espectro mediático e as ofertas internacionais via satélite ficaram confinadas à TV África, e a emissões da BBC e da África do Sul, a segunda década do milénio assistiu a uma explosão de ofertas, proporcionada por novas tecnologias, mas também pelo aumento da demanda e de consumo. Fazem parte da actual oferta televisiva os canais públicos Televisão de Moçambique (canal público de Moçambique) e RTP-África (canal público português), os canais privados de inspiração religiosa, como a Televisão Miramar e a TV Maná Moçambique, e os restantes canais privados como SOICO Televisão, Televisão Independente de Moçambique, ECO TV e Gungu TV (Miguel, 2013).

No Brasil a década de noventa e o início do milénio trouxeram uma grande alteração ao panorama mediático nacional. Primeiramente porque aumentaram as concessões de canais de rádio e televisão em todos os estados da federação brasileira, dando origem a grupos regionais, apoiados frequentemente em atividades político-partidárias. Por outro lado, os governos presidenciais da década de noventa procuraram incentivar as televisões educativas ao mesmo tempo que privatizaram as empresas de telecomunicações. As grandes redes de televisão formadas pela Rede Globo, SBT, Bandeirantes, Manchete, Record e Central Nacional de Televisão (CNT) atingem mais de 97% de audiência total, sendo que as restantes audiências se distribuem entre as emissoras educativas e segmentadas (MTV, Rede Mulher, rede Vida, etc.). Contudo a adesão dos espectadores brasileiros ao cabo e às assinaturas de pacote não supera os 25%. Com vista a proteger as empresas de conteúdos brasileiras e a impedir o domínio dos conteúdos de ficção estrangeiros (principalmente norte-americanos) foi aprovada uma nova legislação em 2012 no sentido de proteger a produção nacional e a regular os conteúdos na oferta feita por cabo. Convém ainda notar que a rádio continua, em grande parte dos estados da federação brasileira, o grande meio de comunicação. Em segundo lugar, observamos que a grande impren-

sa de âmbito nacional brasileira, como a *Folha de São Paulo*, o *Estado de São Paulo*, *O Globo*, têm feito um grande investimento na migração para o digital e na digitalização de conteúdos, ao que não é estranho o fenómeno de implosão das redes sociais a partir dos meados da primeira década do milénio.

Neste período, registamos um movimento intenso de concentração no Espaço Lusófono, com as empresas mediáticas brasileiras Globo e Record a expandiram-se para Portugal e para os países africanos de língua portuguesa. O mesmo percurso segue a SIC e a TVI, acompanhando a RTP África e Internacional. Ao mesmo tempo os capitais angolanos entram nas empresas mediáticas portuguesas, tal como a *Newshold* que adquiriu parte do semanário *Sol* e expandiu os seus interesses para a Imprensa e para o grupo Cofina.

Conclusões

Sistematizando as quatro dimensões comparativas propostas por Hallin & Mancini (2004, 2010 e 2011) nos diversos períodos analisados, sublinhamos que num primeiro momento (século XVI a XVIII) o Estado controla de forma absoluta a produção e os conteúdos, com algumas “brechas”, nomeadamente nos territórios da Índia e do Brasil, resultantes das condicionantes políticas e de iniciativas individuais. O Estado vigia as licenças de publicação e os conteúdos, atuando, muitas vezes, em conjunto com a Igreja. Salientamos, contudo, que alguns dos seus membros, integrantes de ordens religiosas, se destacam pelas tentativas de aproximação às populações, produzindo obras de interesse público (por exemplo, cartilhas e dicionários) e denunciando situações de abuso, através do uso de meios de comunicação disponíveis, tais como sermões e epístolas. Na dimensão “sistema político”, estes séculos caracterizam-se por um Estado centralizado e colonial, que dada a sua dispersão geográfica, permite a alguns dos seus agentes alguma autonomia e iniciativa. Esta dispersão geográfica e a necessidade de informar e comunicar são, malgrado a centralização, fatores que impulsionam o nascimento de meios de comunicação. Na dimensão “profissionalismo”, destacamos a existência de dois grupos de profissionais altamente especializados, os fun-

cionários da coroa e os religiosos. Estes profissionais pertencem às duas únicas instituições autorizadas e possuidoras de capacidades técnicas de produção e divulgação de conteúdos. Na dimensão “mercados” podemos afirmar que estes séculos assistem a uma crescente demanda por conteúdos, não só na metrópole, como nas colónias. Este interesse tem que ser enquadrado nas revoluções liberais e nos movimentos de independência da América Latina, bem como na ideia defendida por Anderson (1983) da imprensa como formadora da nação como “comunidade imaginada”.

Com a promulgação das repúblicas, no Brasil (1891) e em Portugal (1910) os sistemas políticos do Espaço Lusófono sofrem grandes mudanças, embora a liberdade de expressão continuasse condicionada por processos de censura política e económica, que se agravaram com a ditadura em Portugal (1926-1974) e com os períodos autoritários e de ditadura militar no Brasil (entre 1937 e 1945 e de 1964 a 1985). É neste período que os sistemas mediáticos destes países se autonomizam: enquanto em Portugal o Estado controla os *media* com base no princípio de “interesse público”, no Brasil a atividade é deixada ao mercado e à iniciativa privada, se bem que vigiada pelo Estado. Ressaltamos em Portugal a atividade da Emissora Nacional (EN) e a sua difusão pelas colónias (Ribeiro, 2005), bem como a emergência de jornais e de rádios nos territórios da Índia e África, decorrentes de atividades individuais ou de grupos de interessados. Paulatinamente a ditadura salazarista procurou enquadrar a atividade destes meios, censurando-os e vigiando-os. No mesmo período diversificam-se os atores do campo dos *media*, com uma progressiva profissionalização adquirida pelo exercício de ofício ou advinda das áreas da literatura e da cultura. No Brasil o mercado dos *media* dinamiza-se com a adoção do modelo norte-americano, importação de tecnologias e os investimentos em escala, como por exemplo a *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Em todo o Espaço Lusófono, com a progressiva alfabetização e a melhoria de alguns indicadores económicos e sociais, surgem novos públicos para a imprensa e para as revistas literárias, mas é a rádio que se torna progressivamente o grande meio de comunicação e informação.

Salientamos que o sistema colonial português reforçou a ideologia “lusotropicalista” e os mecanismos de controlo sobre os conteúdos dos meios de comunicação. No entanto, a música e a literatura, com o apoio da rádio e da imprensa, consagram-se como instrumentos de luta pela democracia em todo este espaço. A rádio é o grande instrumento de massificação abrindo portas a empresas especializadas em editoração, música, espetáculos e outros conteúdos. A publicidade começou a ganhar terreno nos meios de comunicação de iniciativa privada. Este processo, que não é homogéneo a todos os territórios, tem em comum a multiplicação, diversificação e massificação dos públicos e o aumento de consumo de produtos mediáticos.

Nos finais da década de setenta, e até aos anos oitenta do século passado, em Portugal e no Brasil, com o final das ditaduras, inicia-se a democratização dos sistemas políticos e o reenquadramento legislativo do sistema mediático. Em Portugal após a revolução do 25 de Abril de 1974, e os anos conturbados que se seguiram, os partidos e os interesses políticos organizaram-se fazendo aprovar legislação compatível com as orientações da UE e os interesses políticos locais (Martins & Pinto, 1998). No Brasil o processo de democratização naturalizou os partidos advindos da ditadura e deu espaço a novas formações partidárias. O sistema mediático público em Portugal preparou-se para a desregulamentação do mercado e no Brasil aumentaram as concessões de meios de comunicação a políticos e a interesses económicos organizados (Mattos, 2002; Gomide & Haje, 2013). Nestes dois países do Espaço Lusófono, o mercado mediático complexificou-se, expandiu-se nos territórios nacionais e diversificou-se com a incorporação de novas tecnologias. O Brasil começou a exportar conteúdos: música e produtos de ficção. Os públicos massificaram-se e tornaram-se mais exigentes.

Em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau/Cabo-Verde, as independências do final da década de setenta originaram sistemas políticos de partido único, a estatização da informação, o fim da atividade privada e a perseguição a jornalistas independentes. Em todos estes países tem início as televisões nacionais. O Estado tem um papel controlador de orientação marxista, não existe atividade de mercado e os profissionais encontram-se enquadrados

pelos partidos únicos. O sistema mediático destes países sofre uma enorme contração, com o encerramento dos meios privados, perseguição a jornalistas e restrições à liberdade de expressão.

Com o desmoronar do bloco soviético no final da década de oitenta e início da de noventa, os sistemas mediáticos do Espaço Lusófono reconfiguram-se numa perspetiva de abertura ao mercado, mas mantendo especificidades inerentes às condicionantes históricas, políticas e económicas. Assim, podemos caracterizar sistemas mediáticos em que o sector público e privado partilham o mercado (por exemplo em Portugal), ou um sistema mediático em que o sector privado domina o mercado e a presença do público é residual (por exemplo, no Brasil). Nos países como Angola e Moçambique o sector público, vinculado aos partidos do poder, mantém controlo sobre a informação, e o sector privado encontra-se concessionado a figuras afetas ou próximas ao regime político. De uma maneira geral a última década do século vinte, acompanhando as progressivas democratizações dos regimes, caracteriza-se por um enfraquecimento progressivo do papel dos estados no campo dos *media*, com exceção para o Brasil, que promulga legislação reguladora e cria as televisões educativas. É comum a todos os países a expansão do mercado mediático, com o aumento do número de operadores privados e de proventos associados a atividades, como a publicidade. Diversifica-se o perfil e as capacidades dos profissionais, bem como o mercado de formação profissional e as funções que podem pleitear num campo em que as tecnologias de informação e comunicação se tornam centrais. Em países de mercado mais complexo e tecnologicamente mais diversificados, como o Brasil e Portugal, observamos uma maior flexibilidade, rotatividade, precarização e feminização da atividade, enquanto em Angola, Cabo-Verde e Moçambique, a aposta formativa está muito vinculada ao jornalismo, à assessoria política e à comunicação organizacional.

Em conclusão e como aponta Hallin e Mancini (2011), no Espaço Lusófono as origens culturais e políticas dos sistemas mediáticos de cada país determinam a sua configuração. No entanto, podemos atribuir a todos estes sistemas algumas características comuns, como seja, na perspetiva política a tendên-

cia para a intervenção dos governos no campo dos *media* e a consequente censura e atentados à liberdade de expressão. Ainda dentro do campo político observamos que há em todos os países uma elevada interdependência entre os interesses políticos, financeiros e a propriedade das telecomunicações e dos grupos *media*. Esta realidade pode ser aferida a partir das concessões, das compras de empresas públicas e de fusões empresariais relacionadas com os *media*. A opacidade e falta de transparência quanto à propriedade é uma constante em todos os países do Espaço Lusófono (Salgado, 2008; Figueiras & Ribeiro 2013). Em simultâneo verificamos que há uma circulação de capital e de interesses face às telecomunicações e aos *media* no interior deste espaço, nomeadamente entre Angola, Brasil e Portugal, com relevância para o trânsito de Angola para Portugal.

Referências

- Alexandre, V. (2005). O Imperio Colonial. In: Pinto, A.C. (eds.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote.
- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Boxer, C. (1969). *The Portuguese Seaborne Empire: 1415-1825*. London: Rondon House.
- Boxer, C. (1977). *Relações raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento.
- Castells, M. (2004). *A Galáxia internet: reflexes sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (1966). *The Rise of the Network Society*. London: Blackwell Ed.
- Costa, M. C.C. (2010). *Teatro e Censura – Vargas e Salazar*. São Paulo: EDUSP/FAPESP.
- Dionísio, M. E. (1994). As práticas culturais. In: *Portugal 25 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo dos Leitores, pp. 447-487.
- Esser, F. & Pfetsch, B. (2004). *Comparing political communication: theories, cases and challenges*. Cambridge: University Press.
- Ferreira, M. (1987). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática.

- Figueiras, R. & Ribeiro, N. (2013). New Global Flows of Capital in Media Industries after the 2008 Financial Crisis: The Angola-Portugal Relationship. *The International Journal of Press/Politics*: 18 (4), pp. 508-524.
- Freudenthal, A. (2001). A Voz de Angola em tempo de *Ultimatum*. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*. 23 (1), pp. 135-169.
- Gomide, C & Haje, L. (2013). Brasil: algumas conquistas: grandes desafios. In: *Políticas de comunicações: um estudo comparado*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, pp. 32- 77.
- Gonçalves, J.J. (1966). *A informação na Guiné, Cabo-Verde e em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas.
- Hallin, H. & Mancini, P. (2004). Americanization, Globalization, and Secularization: Understanding the Convergence of Media Systems and Political Communication. In: Esser, F. & Pfetsch, B. (eds.). *Comparing political communication: theories, cases and challenges*. Cambridge: University Press, pp. 3- 44.
- Hallin, H. & Mancini, P. (2010). *Sistemas de media: Estudo Comparativo: três modelos de comunicação e política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hallin, H. & Mancini, P. (2011). *Comparing Media Systems beyond the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hohlfeldt, A. (2008). Imprensa das colónias de expressão portuguesa. VI *Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Paulo: SBPJor.
- Hohlfeldt, A. et al. (2009). A imprensa das colónias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 51, pp. 135-154.
- Lopes, M.I.V. de (2006). Televisões, nações e narrações: reflexões sobre as identidades culturais em tempos de globalização. In: Martins, M.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (2006) (orgs.). *Comunicação e lusofonia*. Porto: Campo das Letras, pp. 143-153.
- Lopo, J. C. (1964). *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.

- Martins, H. & Pinto, A.C. (1998). *Portugal e a unificação europeia*. Lisboa: Cosmos.
- Martins, M., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (2006) (orgs.). *Comunicação e lusofonia*. Porto: Campo das Letras.
- Mattos, S. (2002). *História da televisão brasileira: uma visão económica, social e política*. Petrópolis: Vozes.
- McQuail, D. (2000). *Teorias da Comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Mesquita, M. (1994). Os meios de comunicação social. In: *Portugal 25 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo dos Leitores, pp. 360-405.
- Miguel, J. (2013). *Economia Política da Televisão Moçambicana*. Maputo: CEIC.
- Moreira, A. (1952). *As Elites do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Neves, J. A. das (1969). Pero Vaz de Caminha, Poeta e Repórter. Lisboa: Ed. Império, *Separata da Revista Ocidente*, n. 76.
- Oliveira, R. S. de (2015). *Magnificent and beggar land: Angola since the civil war*. Oxford: Hurst.
- Oliveira Marques, A. (1977). *História de Portugal*, 2 vols. Lisboa: Palas Ed.
- Ortiz, R., Borelli, S.H.S.& Ramos, J.M.O. (1989). *Telenovela: História e Produção*. São Paulo: Brasiliense.
- Pfetsch, B. (2010). Political Communication in a Globalized World Challenges for Contemporary Media Systems Analysis. *Revista Media & Jornalismo*, nº 17 (9) 2, pp. 31-40.
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945*. Lisboa: Quimera/Bond.
- Rocha, I. (2000). *A imprensa de Moçambique*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Salgado, S. (2011). O digital entre os muitos divides de África. *Revista Media & Jornalismo*, 18 (10), pp. 100-111.
- Santilli, M. A. (1985). *Estórias Africanas: historia e antologia*. São Paulo: Ática.

- Siebert, Peterson, T., & Schram, W. (1956). *Four Theories of the Press. The Authoritarian, Libertarian, Social Responsibility and Soviet Communist Concepts of What the Press Should Be and Do*. Illinois: University Illinois Press.
- Tengarrinha, J. M. (1965). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália Editora.